



EIXO 9 - A CIDADE, LUGAR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

PROVIDÊNCIAS QUE NÃO SOBEM O MORRO: Uma análise histórica de segregação patrimonial e socioespacial na Favela do Morro da Providência

MARRIS, ESTELA¹; NASSER, YASMIN²; RAMOS, DIEGO³; RAPOSO, SARA⁴

1. UNILASALLE RJ - Centro universitário Lasalle. Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Estrada Rua Terra Nova 1050 Quadra 03 Lote 14 - Itaipu -Niterói/RJ
Cep:24355-170
E-mail: emaris711@gmail.com
2. UNILASALLE RJ - Centro universitário Lasalle. Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Pavões, nº 109, NI. 02, apto 202
Itaipu-Niterói/RJ
Cep: 24355-120.
E-mail: yasmin.paufferro@soulasalle.com.br
3. UFF – Universidade Federal Fluminense. PPGAU – Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo
Estrada Francisco da Cruz Nunes, 2800, Bl. 01, apto 610
Piratininga-Niterói/RJ
Cep:24350-310
E-mail: diegoramos@id.uff.br
4. UNILASALLE RJ - Centro universitário Lasalle. Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Luiz Oscar mangeon, nº 78
Santa Barbara-Niterói/RJ
Cep:24141410
E-mail: sara.vicente@soulasalle.com.br

RESUMO

Neste artigo relata-se a história por trás do surgimento da favela utilizando como estudo histórico o Morro da Providência, a primeira favela reconhecida do Rio de Janeiro. Discute-se, ainda, a não oficialização de seu valor enquanto patrimônio cultural. O patrimônio cultural material ainda parece relatar os principais marcos históricos de uma elite carioca e evidenciar os primeiros resquícios de segregação simbólica e espacial, que na maioria das vezes se inicia pelo estado. No entanto a representação da favela carrega uma grande bagagem cultural de resistência, sendo necessário evidenciar, documentar e manter essa história no tempo e no espaço. Desta forma, é fundamental discutir o papel da história da comunidade e das memórias sociais atreladas a este espaço para a reivindicação do reconhecimento do valor do Morro da Providência para a própria história do Rio de Janeiro. Evidencia-se, dessa forma, a necessidade de uma educação patrimonial efetiva para que haja reconhecimento dos símbolos morfológicos e culturais da favela. O artigo trata de uma análise histórica do processo de segregação socioespacial das favelas a partir da ocupação do Morro da Providência. Busca-se discutir a origem do termo favela, utilizado pejorativamente, para caracterizar as ocupações irregulares nos morros da cidade do Rio de Janeiro. Pretende-se explicitar o questionamento do porque a favela da providência, ainda que seja um marco urbano e histórico que

dá origem a uma forma de ocupação reconhecidamente brasileira, não é oficializado como patrimônio cultural. O morro da providência, localizado na área central, foi ocupado pelos habitantes do Cortiço Cabeça de Porco, devido a ordem de demolição do prefeito Cândido Barata Ribeiro em 24 de janeiro 1893, considerado o maior cortiço da cidade do Rio de Janeiro, desabrigou cerca de 4 mil pessoas. O objetivo central a ser desenvolvido neste artigo é a análise da segregação espacial da favela, utilizando como perspectiva central o Morro da Providência, sendo abordado os motivos que ocasionaram esses fatos perante parcela da sociedade. Os principais autores que contribuem com trabalho foram Valladares (2000), Meirelles (2014), Cavalcanti (2009). De início será abordado o Morro da Providência como marco histórico do surgimento da Favela, que vem desde o fim do cortiço, passando pela Guerra de Canudos, onde se deu origem ao nome Morro da Favela, e mais tarde sendo conhecido como Morro da Providência. Em seguida será tratado o preconceito mediante a favela, após as primeiras visitas da elite que buscavam uma intervenção com intuito de embelezar o Rio de Janeiro, e que, mediante a isso, promoveram movimentos contra a favela, gerando cada vez mais uma segregação com o resto da cidade. Por fim, neste estudo será falado sobre as Providências que não sobem ao morro, onde ações contra a favela trouxeram grandes consequências em relação física, social e estrutural, no entanto, mediante ao seu tamanho e força teve o seu “reconhecimento”, e mais tarde, foi geradora de grande fonte de cultura brasileira.

Palavras-chave: Favela da Providência; Educação Patrimonial; Comunidade;

INTRODUÇÃO

O artigo trata de uma análise histórica do processo de segregação socioespacial das favelas a partir da ocupação do Morro da Providência. Busca-se discutir a origem do termo favela, utilizado pejorativamente, para caracterizar as ocupações irregulares nos morros da cidade do Rio de Janeiro. O morro da Providência, localizado na área central, foi ocupado em sua maioria pelos habitantes do Cortiço Cabeça de Porco, devido a ordem de demolição do prefeito Cândido Barata Ribeiro em 24 de janeiro 1893, considerado o maior cortiço da cidade do Rio de Janeiro, e que desabrigou cerca de 4 mil pessoas.

A história da Providência pode ser didaticamente dividida em: Período das chácaras (Ocupação do morro na época das sesmarias e, posterior doação dos terrenos; Período inicial de favelização (tendo sido as chácaras divididas e vendidas, sobretudo aos trabalhadores das pedreiras do entorno do morro, da linha férrea, da estação Pedro II); Mudanças dos anos 60 (desabamento de parte da pedreira, em 1968, voltada para a Central do Brasil, proporcionando uma grande tragédia, arrastando cerca de 60 moradias precárias da região). Após este último momento, parte dos moradores foram removidos da face sul do morro, o que só seria modificado com a ocupação do topo da Providência através da intensificação da migração nordestina.

O foco inicial deste artigo está exatamente no período em que o morro recebeu os ex-combatentes da Guerra de Canudos, um conflito sociorreligioso ocorrido entre 1896 e 1897 no interior da Bahia. Após o fim desse conflito, os ex-soldados vindos do Nordeste ficaram sem recursos e desalojados ao voltarem ao Rio, a partir do não recebimento das prometidas recompensas do pós guerra. Deste modo, fixam em residência provisoriamente no morro, buscando providências do governo por seus direitos não atendidos. Ou seja, a ocupação do morro já se origina com sucessivas irregularidades e marcada por tragédias que não são reparadas e nem recebem a devida atenção ou cuidado das autoridades a fim de propor soluções aos reais motivos das ocupações nas encostas.

No fim do século XIX se intensificaram as preocupações das elites quanto a evidente pobreza na área central carioca. Desde então as favelas começaram a ter maior visibilidade, no intuito de intervir através da aniquilação ou deslocamentos, buscando esconder os resquícios materiais mais podres do centro do Rio de Janeiro, para que houvesse um embelezamento,. Em 1900 houve a primeira denúncia de violência e marginalizações nas favelas, feitas pelo *Jornal Do Brasil*, o que deflagrou diversas outras pré-julgamento contra a índole e as ameaças oriundas dos moradores da favela. Assim, tais características

empregadas aos moradores estão diretamente ligadas a morfologia do morro, injuriando ainda mais a população que ali habitava.

Por volta de 1907, iniciaram-se uma série de expedições aos morros, realizadas por fotógrafos, jornalistas e higienistas, no intuito de mostrar a terra que era desconhecida perante ao resto da sociedade. Inicialmente essa empreitada estava atrelada a uma intenção governamental por melhores condições de vida e infraestrutura aos moradores da região. Devido a essa jornada começaram as iniciativas das autoridades para o começo do saneamento, sendo a primeira delas uma campanha liderada por Osvaldo Cruz, ainda no mesmo ano.

A primeira grande campanha efetivamente contra a favela se deu em 1926 e 1927 na ação de Mattos Pimenta, médico sanitaria, engenheiro e sobretudo jornalista, que se juntou à imprensa carioca e aos poderes públicos em nome do projeto de remodelação do Rio de Janeiro, sendo um ponto de partida para a transformação da imagem da favela em algo ainda mais problemático, denunciando o discurso de médico-higienista com o pensamento de reforma progressista e urbanístico.

Dentro deste contexto, o objetivo da pesquisa é compreender como o estudo do Morro da Providência pode trazer uma reflexão crítica para a questão da segregação espacial das favelas. Amplificar o questionamento de, porque parte tão importante da história da capital fluminense não tem o reconhecimento material de sua relevância histórico-cultural. A indagação gera uma reflexão sobre segregação espacial e patrimonial no âmbito da cidade, e como ela é ignorada perante o resto da sociedade.

Portanto, o Morro da Providência torna-se um importante objeto de reflexão sobre essa segregação espacial e a permanência nas grandes transformações urbanas que ocorreram no Rio de Janeiro a partir do momento que é considerada historicamente a primeira favela do Rio. Porque os vestígios materiais desta história não são compreendidos ou reconhecidos como patrimônio cultural? Suas memórias que auxiliam na reconstituição de partes fundamentais da cidade e de seus contextos não são valorizadas por políticas públicas efetivas? Ao estudar os espaços urbanos das favelas é possível visualizar uma grande marca na história da desigualdade no âmbito da cidade e seus reflexos no entendimento do que deve ser preservado e o que não. Que história se pretende contar e transmitir de gerações. Deveria o patrimônio qualificar ou direcionar para futuras gerações o que é valioso e o que não?

O objetivo central a ser desenvolvido neste artigo é a análise da segregação espacial da favela, utilizando como perspectiva central o Morro da Providência, abordando, ainda, os motivos que ocasionaram os negativos juízos de valor direcionados pela sociedade para essas localidades. Para se chegar ao objetivo geral e responder à questão apresentada, temos como objetivos específicos:

- Analisar o surgimento da favela e a evolução que ocorreu ao longo dos anos;
- Mostrar a formação e ocupação que ocorreu no Morro da Providência;
- Definir como se deu a origem do termo favela e quando se tornou um marco na história;
- Mostrar as evoluções que ocorreram no Morro da Providência na cidade, e as transformações urbanas ocorridas;
- Analisar como ocorre a segregação espacial das favelas e os motivos para esse acontecimento.
- Discutir, a partir dos itens anteriores, porque mesmo diante de toda relevância cultural e da memória urbana a favela da providência não faz parte do conjunto de patrimônios culturais da cidade.

A pesquisa científica trata de uma análise histórica do processo de segregação socioespacial das favelas realizada a partir da ocupação do Morro da Providência, utilizando o propósito descritivo e explicativo com a abordagem qualitativa. Para que o estudo seja possível, houve um levantamento bibliográfico sobre a história da favela e suas consequências. Os principais autores que contribuem com trabalho foram Valladares (2000), Meirelles (2014), Cavalcanti (2009).

Este artigo está organizado da seguinte maneira: de início será abordado o Morro da Providência como marco do surgimento da Favela, que vem desde o fim do cortiço, passando pela Guerra de Canudos, onde se deu origem ao nome Morro da Favela, e mais tarde sendo conhecido como Morro da Providência. Em seguida será tratado o preconceito mediante a favela, após a primeira visita da elite que buscavam uma intervenção com intuito de embelezar o Rio de Janeiro, e que, mediante a isso, promoveram movimentos contra a favela, gerando cada vez mais uma segregação com o resto da cidade.

É possível, ao longo do trabalho, perceber as evoluções que ocorreram desde o século XIX até os dias atuais, tanto em questões morfológicas, quanto sociais, porém mesmo com essas mudanças, ainda é exorbitante a desigualdade que existe na parte social. No âmbito das políticas públicas, um importante passo foi dado em 2005 através do programa Favela Bairro, pelo então prefeito que criou o Museu a Céu Aberto do Morro da Providência, idealizado pela arquiteta e urbanista Lu Petersen, criou-se um roteiro de visita e instalou-se trilhos metálicos para facilitar o deslocamento dos visitantes. O museu ainda pouco conhecido pelos próprios moradores do morro, não contando com investimentos de estrutura física ou política cultural contínua que viabilize ações efetivas.

Na ausência de investimentos contínuos públicos, algumas iniciativas isoladas da comunidade foram se estabelecendo e resistindo a fim de preservar a memória da Providência. Um exemplo é Museu Comunitária da Providência, que funciona virtualmente como blog e pretende reunir documentos diversos que mantenham a memória e valorizem a história da região e da capital fluminense contada a partir desse espaço.

Por fim, este estudo discorrerá sobre as Providências que não sobem ao morro, onde ações contra a favela trouxeram grandes consequências físicas, sociais e estruturais. No entanto, mediante a suas dimensões geográficas e sua força cultural impôs um “reconhecimento” social, e mais tarde, foi grande fomentador da cultura brasileira, dita periférica.

MORRO DA PROVIDÊNCIA: PROTESTO FORMAL “NO FAVELA”

Para entender a segregação socioespacial da favela, é necessário compreender a sua origem, que se intensificou no século XIX com o olhar de embelezamento do Rio de Janeiro segundo critérios higienistas, funcionais e a formulação de uma imagem próspera para a cidade e o país. A estratificação social do espaço, deste modo, apresenta-se enquanto consequência das intervenções na “forma-aparência e forma-conteúdo” na área central (MAURÍCIO DE A. ABREU, 2013). Neste contexto da Reforma Passos, a população mais abastada volta suas atenções para os riscos decorrentes das moradias insalubres, os cortiços, recintos nos quais residiam operários, “escravos de ganho” e um grande número de pessoas consideradas “perigosas”. Sendo assim, os cortiços eram caracterizados como lugares violentos, centros de epidemias e ameaça às ordens sociais e morais. (VALLADARES, 2000)

A falta de infraestrutura da cidade, que neste momento estava mais direcionada para o transporte, fez com que a área central concentrasse a maior parte da população. As edificações correspondentes às classes dominantes se destacavam na paisagem urbana

por sua infraestrutura, partido arquitetônico e materialidade. O processo de industrialização da área central do Rio de Janeiro, contribuiu para seu crescimento populacional, atraindo estrangeiros, trabalhadores nômades e uma grande parcela populacional em busca de oportunidades de emprego, porém sem grande poder de deslocamento urbano.

No entanto, essa área central não era dotada de uma estrutura eficiente para o desenvolvimento da atividade, tal qual uma zona portuária modernizada e receptiva aos produtos nacionais e importados. Assim, podemos comparar a cidade do Rio de Janeiro com a de São Paulo, na qual o Rio não apresenta uma imagem urbana industrializada, como São Paulo, não só por características etiológicas, mais os hábitos e cultura do seu povo. (MAURÍCIO DE A. ABREU, 2013)

No ano de 1870 a cidade cresceu consideravelmente devido ao surgimento de trens e bondes, conseqüentemente, o número de pessoas no centro urbano aumentou demasiadamente. Em decorrência disso, o espaço foi se alterando e aos poucos se configurando em um local residencial com uma superpopulação. Em relação aos indivíduos que ali habitavam, tem-se o exemplo dos imigrantes, que se fixaram na parte mais carente da cidade, em habitações coletivas denominadas de cortiços. Tais moradias, por abrigarem um número grande de pessoas, eram relativamente baratas. Contudo, eram focos epidêmicos ausência de serviços básicos preventivos a proliferação de doenças.

Com o crescimento da cidade, surgiram planos para reforma do centro do Rio, que deveria seguir o mesmo parâmetro de seu desenvolvimento industrial e suas ligações com mercados internacionais. Assim, em 1875 foi proposto o primeiro plano de urbanização do centro urbano em questão, sendo colocado em prática a partir do relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, o qual propunha inovações como o alinhamento e a expansão de diversas ruas, a construção de novas praças, com o intuito de facilitar a circulação da região, assim como embelezar e higienizar.

Ademais, entra em exercício uma nova legislação, proibindo a construção de novos cortiços. Assim, em 1886, o conselho superior da saúde pública, escreveu alguns relatórios denunciando tais habitações, reafirmando que consistiam em locais anti-higiênicos e que era um perigo para a cidade, propondo a realocação dos moradores para os arredores da cidade, se abrigando em casas individuais.

Esse foi o ponto de partida para o começo de um processo intervencionista do estado em relação à área central do Rio. No dia 23 de janeiro de 1893, o então prefeito do Rio de Janeiro - Cândido Barata Ribeiro - com o intuito padronizar arquitetonicamente e

culturalmente a cidade nos moldes europeus, deu início a derrubada do maior cortiço do Rio, o cabeça de porco, ocasionando a remoção de aproximadamente 4 mil pessoas. Para muitos estudiosos, devido ao desenvolvimento social dos cortiços cariocas considera-se os mesmos como parte da origem físico-cultural das favelas. Essa análise está bem amparada na realização de construções a noite, de forma clandestina, para evitar a vigilância da polícia, com casebres e barracos feitos de madeira e de forma informal. (VALLADARES, 2000)

Além disso, é de direta relação o crescimento das favelas em decorrência da política higienista que pregava o fim dos cortiços. Logo, como consequência do desaparecimento de alguns cortiços, uma parte significativa dos desabrigados deslocara-se para os morros do centro do Rio, dando ênfase para o local que seria conhecido futuramente como o Morro da Providência. No entanto, como forma de remediar a destruição da moradia de muitos, ainda na década de 90, foram construídas cinco “vilas operárias”, que seriam as novas habitações populares. Porém, as cinco vilas não foram capazes de acabar com o hábito da moradia em cortiços, que ainda continuavam a abrigar a maior parte da população pobre da área central.

No que tange ao Morro da Providência, é importante analisar a sua relação com os, ex-combatentes da Guerra de Canudos, que posteriormente se instalaram neste morro. Após a Guerra na Bahia, os ex-combatentes voltaram para o Rio de Janeiro, dirigindo-se diretamente para o ministério do exército em busca da promessa que o governo tinha proposto anteriormente, de entregar uma casa própria para cada soldado, como compensação pelo combate. Vendo que isso não aconteceria se instalaram provisoriamente no Morro, que apelidaram de Providência, pela proximidade ao Ministério onde acabaram ficando permanentemente em protesto.

Na região onde os ex-combatentes se alojaram estrategicamente durante a guerra, existia uma planta muito comum na Bahia chamada “Favela”, de nome científico *Cnidocolus quercifolius*, um arbusto de 3 a 5 metros de comprimento, sendo da família das euforbiáceas, na qual continha espinhos, flores brancas na parte superior e frutos com sementes oleaginosas que são chamadas de fava. O nome Morro da Favela, portanto, foi dado quando os ex-combatentes se instalaram no morro do Rio de Janeiro e perceberam a semelhança geográfica e biológica que existia entre elas.

No início dos anos 1930, o morro ganharia outra denominação, [...] ,o nome morro da providência deriva de um rio com esse nome na região de Canudos, citado pelo escritor e jornalista Euclides da Cunha em seu livro Os Sertões. Para outros, o termo honra a ‘providência’ tomada pelos soldados diante da omissão daqueles que lhe deviam dedicar apoio e amparo. (RENATO MEIRELLES E CELSO ATHAYDE, 2014)

O Morro da Favela e mais pra frente denominado Morro da Providência, passa a “emprestar” seu nome “Favela” para aglomerados de barracos que foram construídos em terrenos de terceiros ou públicos, que vieram a se multiplicar por toda a cidade do Rio. Como resultado, o nome “Favela” saltou ao grau de substantivo concreto, que representa uma categoria singular de conjunto habitacional. Não se sabe ao certo qual nome veio primeiro, o fato é que a história sempre foi contada pela elite e dificilmente a população menos favorecida era escutada e atendida, e muito menos documentada e arquivada, sendo difícil datar ao certo. Mesmo assim é perceptível a luta que enfrentavam e o peso que esses nomes carregavam, pois o Morro da Favela veio de um histórico de guerra em busca de uma futura melhor condição de vida, e o Morro da Providência veio em forma de protesto para o governo que ignorava parcela da população em detrimento de outra geograficamente, social, morfológica, político e economicamente favorecida.

Em toda a parte existe o contraste, os morros estes rochedos isolados que surgem das planície central, desses bairros do commercio possuindo bellos edificios, com artérias largas ostentando armazéns movimentados, às vezes luxuosos, têm as suas encostas e os seus cumes cobertos por unta multidão de horríveis barracas São as favelas, uma das chagas do Rio de Janeiro, na qual será preciso, num dia muito próximo levar-lhe o ferro cauterizador. (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. *ibid.p. 239*)

ESTÉTICA DO PRECONCEITO: A REFORMA DO ARRASAMENTO

As habitações da população mais carente, que habitava o alto dos morros da cidade do Rio de Janeiro, antes mesmo de ser chamadas de Favelas, já carregavam consigo características difamatórias em relação ao seu nome, sendo sinônimo de aglomeração, irregularidade, ilegalidade e anti-higiênicas. No que tange a visibilidade de tais moradias, cria-se uma linha: dos cortiços até a formação concreta da favela, que foi marcada pela formação do Morro da Providência, apresentando indícios de ocupações das encostas dos morros do centro, desde 1870.

A partir desse crescimento da cidade e o começo das destruições dos cortiços para os primeiros planos de embelezamento da mesma, a única alternativa restante para a população mais pobre foi recorrer às favelas, locais esses que se multiplicavam consideravelmente. As classes pobres se encontravam em uma situação precária. Embora houvesse trabalhos bem remunerados, para a época, na cidade do Rio de Janeiro, as condições de vida da maior parte da população não era adequada. Fator agravado pelo grande fluxo de pessoas oriundas das cidades circunvizinhos, trocavam seus serviços do meio rural por ocupações de operários. Deste modo, o número de cidadãos pobres aumenta exponencialmente em oposição a não expansão do número de casas regulares.

No início do século XX, a visibilidade das favelas foi considerável, com notas diversas nos jornais da época, voltadas para discursos higienistas. O período de 1902 a 1906, foi marcado por grandes mudanças, para transformação do centro da cidade do Rio de Janeiro em um verdadeiro símbolo do “novo Brasil”, conhecido como o período Passos. Essa gestão de governo teve início no governo do Presidente Rodrigues Alves no ano de 1902, que o indicou para o cargo de Prefeito do Distrito federal. Nos seus quatro anos no poder, ele pôs em prática o primeiro plano de urbanização do centro, ao qual foi elaborado em 1875, e nunca tinha sido exercido até então. (MAURÍCIO DE A. ABREU, 2013)

Pereira Passos deu início aos Planos de Alinhamento, que consistia em abrir ruas e alargá-las para ligar o bairro da Lapa com o bairro do Estácio. No entanto, para a sua construção, foram demolidas diversas casas da população menos favorecida economicamente demolindo quantidade considerável de cortiços. Em 10 de fevereiro de 1903, esses foram proibidos de sofrer reparos, através de uma lei municipal. Com tais mudanças, teve início grande renovação formal na cidade. Ficando marcado como “Bota-abaixo”, onde o centro da cidade se transformou em um imenso canteiro de obras. Houve a derrubada de inúmeros casarões e cortiços, pedindo a evacuação imediata de seus moradores, desabrigando-os. Devido às circunstâncias, os morros do centro como: Providência, São Carlos, Santo Antônio, entre outros, pouco habitados até então, passaram a ser rapidamente ocupados, dando início a habitações populares que posteriormente marcariam o século - as favelas. (MAURÍCIO DE A. ABREU, 2013)

Um dos planos de urbanização que obteve grande reconhecimento, mesmo não sendo implementado, porém servindo de inspiração para outros, foi o Plano Agache de 1920. Tal plano pretendia embelezar e organizar o Rio (ou pelo menos o centro e a zona sul), segundo critérios funcionais e de estratificação social do espaço. Ademais, foi o primeiro a tratar, em um documento oficial, das novas habitações populares que se multiplicava na cidade, tratando como “problema social e estético”. Segundo Agache, os operários encontraram conforto apesar da falta de higienização nas habitações perto de seus trabalhos, assim se tornando mais comum no âmbito da cidade. Ele mesmo reconheceu que a propagação de tais moradias era uma consequência do governo, que dificulta as autorizações para que se pudesse edificar, impondo inúmeras barreiras para a população mais carente, não dando outra opção ao não ser abrigarem em locais que não se reclama impostos e nem autorizações. (MAURÍCIO DE A. ABREU, 2013)

A aproximação de classes sociais tão diferentes é que intensificava a repulsa pelas favelas. Eram consideradas um lugar sem padrão à altura, a elite sentia ameaçada em relação ao

seu poder, a sua segurança, a qualidade de vida e manutenção da ordem social estabelecida. Por fim, e ainda mais assustador para a elite, acreditavam que tais “nômades”, residentes das favelas, estavam cada vez mais se apossando dos morros entorno da cidade, e por isso, se tornando uma comunidade articulada, o que poderia dificultar o seu controle pelas classes dominantes.

Por consequência desse medo crescente, os primeiros movimentos contra a insurgência das favelas foram sendo delimitados. Após a destruição de boa parte dos cortiços, em 1937 (no Estado Novo), as favelas foram alvo legislativo pela primeira vez, sendo proibidas pelo código de obras desse mesmo ano, categorizando-as como “aberrações”. Em 1941, ocorreu o primeiro programa de remoção pelo estado, o projeto “Parques Proletários Temporários” lançado por Vargas, cuja importância consiste no fato de ter estabelecido dois precedentes: o da remoção diante da proibição e de possíveis incursões policiais. (MARIANA CAVALCANTI, 2009)

A década de 40 foi marcada pelo grande aumento das favelas, chegando a um total de 169.305 habitantes em 1950. Dez anos depois, esse número cresceu 93%, passando para 335.063 pessoas, devido a esse crescimento o governador da época, Carlos Lacerda, passou a focar na remoção das favelas, o que se tornou uma solução primordial para problemas urbanos, consequentemente, mais de 42 mil pessoas foram retiradas de 32 comunidades, que foram parcialmente ou totalmente erradicadas. Em 1970 já havia ocorrido remoção de quase 140 mil moradores de 90 favelas, sendo transferidos para áreas distantes das Favelas de origem. (RENATO MEIRELLES E CELSO ATHAYDE, 2014)

Partindo dos dados levantados até então, é nítido o processo de segregação que foi desenvolvido com o passar dos anos, vide a opressão do governo e das classes mais altas em relação às favelas. Não se considerava nessas demolições e remoções qualquer parcela ou potencial material e imaterial passível de preservação, a fim de testemunhar parte fundamental da história de formação socioespacial da cidade. Logo, se torna perceptível que desde o século XIX, as divisões estruturais sociais e físicas relacionadas ao poder aquisitivo, continuam imperando perante a sociedade e se imprimindo no campo da formalização e oficialização patrimonial.

Assim, ilustra-se na construção das cidades que, aqueles com rendas mais altas, se concentram em locais que oferecem melhores meios de vivência, tais como: lazer, cultura, fácil acesso a meios de transporte, escolas e trabalho e tendem a ter a materialização de sua cultura “tombada” ou reconhecido seu valor. Em contrapartida, aos que apresentam força monetária inferior, resta a ocupação em áreas periféricas esquecidas pelo Estado, vide

o não oferecimento de oportunidades equitativas aos que ocupam outras áreas da cidade, bem como o esquecimento ou resistência de sua história e materialidade, sem qualquer investimento ou valorização governamental. Portanto, é necessário romper tais barreiras, que vão além das geográficas, construídas sob o capital, pois essa seria a solução para o que o pré-conceito começa a ser combatido, amplificando a voz, e expondo a materialidade, além de oportunidades igualitárias as pessoas que vivem nas favelas, assim, seria possível a construção de melhorias em todos os aspectos.

Esse pré-conceito atrelado aos moradores das Favelas vem de décadas atrás e segue até os dias atuais. Para exemplificar tal predisposição social negativa para com os moradores das favelas, em 1900, o Jornal do Brasil soltou uma nota caracterizando os moradores dessas habitações de: "... vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias", porém, tais julgamentos ainda prevalecem na sociedade do século XXI, visto que as pessoas residentes nas favelas, são esquecidas socialmente, e à margem da sociedade, carregando o estereótipo de serem indivíduos ruins, bandidos e participantes do tráfico. Não se observam vestígios materiais reconhecidos social, cultural e materialmente como relevantes para a preservação à gerações futuras. Tal senso comum, ignora o fato que grande parte da população das favelas, na verdade não têm muitos direitos, escolhas e oportunidades, e não são criminosos por natureza. Esses cidadãos tem direito a moradia como exercício legal e direito universal. Portanto, muitos não tem outra opção que não seja a de residir em áreas periféricas, seja pela mobilidade, renda, localização perto dos grandes centros ou um aglomerado dos três.

PROVIDÊNCIAS QUE NÃO SOBEM AO MORRO

A afirmação de que as providências não sobem ao morro estão ligadas diretamente a ótica estatal de beneficiar infra estruturalmente a população com maior renda financeira, em contrapartida as pessoas que residem na favela não usufruem de direitos básicos para a sociedade, como o saneamento, coleta de lixo e segurança. Assim, a favela configura-se como um lugar esquecido pelo governo e que sofre do apagamento de suas memórias. Existe uma dificuldade muito grande para que investimentos sejam feitos nas favelas por parte do estado, a elite e empresas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2010, 11,4 milhões de pessoas viviam em áreas classificadas como "aglomerados subnormais", essa informação classificou o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo, onde a maioria da população vive em lugares insalubres, sem acesso a saneamento básico, asfalto e

iluminação pública. Em decorrência dessa defasagem social, são obrigados a viver em espaços com uma gritante precariedade e inadequação habitacional. No Rio de Janeiro o número é ainda mais assustador, pois segundo o IBGE de 2010, é a cidade com a maior população em favelas do país, com 1.393.314 pessoas morando nas 763 favelas que existem no local, ou seja, dos seus 6.393.314 habitantes, 22,03% vivem nesses tipos de habitação. (DIMENSÕES DO INTERVIR, 2019)

Todo este processo de segregação espacial e discrepância de investimentos gera uma tendência das áreas mais abastadas terem muros cada vez mais altos para se sentirem seguros, e se protegerem das áreas perigosas, que muitas das vezes são as próprias favelas, enquanto os moradores de tais locais são obrigados a viverem uma vida sem o mínimo necessário. De um lado, no entanto, temos a afirmação dos poderes da elite por meio de suas edificações patrimoniais, reforçando sua história. E de outro, temos os mais pobres tendo as suas memórias relegadas ao esquecimento e a ausência de símbolos materiais que a reafirmem.

Essa rejeição a favela e seus signos e símbolos faz parte de um processo de construção histórico. Cita-se como exemplo: a dificuldade de avanço físico, psíquico e social, que são princípios básicos para o desenvolvimento da vida humana. Sendo assim, torna-se necessário que o Estado reconheça a Favela de maneira que efetue um processo de urbanização de fato, pregando a não destruição e integrando os moradores ao projeto, dando visibilidade aos mesmos. Assim, prevalece as suas conveniências humanas, financeiras, materiais, espaciais e políticas, se tornando não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas uma forma de resistência a um contexto político-econômico excludente. (DIMENSÕES DO INTERVIR, 2019)

Para que a sociedade deixe de enxergar a favela somente como um problema socioeconômico e de infraestrutura, é necessário estudar as suas origens com uma outra visão, passando a conhecer e reconhecer a vasta cultura que perpetua dentro da Favela, vide a sua ambientação multicultural com indivíduos de diversos lugares do Brasil, que enriquecem ainda mais o local e também se encarregam de levar a cultura ali presente para o mundo afora. A história das favelas é narrada e antecida por uma carga e não são destacados os pontos que a tornam tão rica e fascinante culturalmente. É na favela que algumas tendências culturais se originam e de onde propagam-se nacional e internacionalmente.

A diversidade cultural e social, além das trajetórias de superação e dificuldades, cria histórias cativantes que inspiram músicas dos mais variados estilos atualmente são

marcantes do Brasil. É nessa multiplicidade e desta diversidade consumidas musicalmente pelas comunidades que alavancam a economia e levam a riqueza cultural brasileira a outros lugares. Causa estranhamento vermos o samba e sua miscigenação cultural do ritmo e batuques africanos, o funk com seu ritmo dançante, solto e sensual retratando a dura realidade das favelas, e o pagode, como afirmação festiva de uma identidade, que consumidos pela população, sobretudo periférica, impulsionam a economia do Brasil, porém delegados a um espaço ingrato de marginalidade, periferia ou uma manifestação cultural menos legitimada e oficializada. Assim, como na música podemos estender este reconhecimento a outras artes e ao patrimônio, que se não se afirmar pela própria comunidade e população local, não é compreendida, aceita ou valorizada por sua carga e mesmo contribuição, ainda que material.

O projeto do Museu Comunitário da Providência organizado por dois moradores da favela auxiliam na elaboração de visitas guiadas pela comunidade, demarcando em seu itinerário pontos turísticos e históricos relevantes na localidade, como a Casa de Dona Dodô, que contava com valiosas informações da origem do samba, sobre a origem do morro, encontrava-se fechada desde o falecimento da moradora, 2015. Em muitos casos, o desconhecimento, ou não valorização da história local, leva, como no caso de Dona Dodô, a remoção da proprietária para a casa ao lado, sem que suas vivências e conexões com o lugar de origem fossem consideradas. Como não era uma edificação de valor cultural material ou imaterial considerado relevante, a moradia da primeira porta-bandeiras da Portela, escola de Samba carioca tradicional, foi modificada e alugada, posteriormente. O blog além de documentar e contribuir para a preservação da história do povo do morro, ainda realiza pesquisas por conta própria para recontar de forma positiva a formação deste local, contribuindo para a valorização de seus moradores e território.

É perceptível a relevância cultural que se expande de dentro da Favela, e muitas das características que o Brasil é conhecido hoje tiveram suas origens lá, por isso é necessário reconhecer e colocar cada vez mais esses assuntos em pauta. É preciso que se dê o devido valor e mostrando para o restante da sociedade que a favela tem a sua beleza. A solução não é a destruição e sim uma reformulação, principalmente na sua infraestrutura para que a vida das pessoas que ali residem se torne cada vez melhor, com saúde, educação, e segurança e identidade e memória valorizadas. Devido ao seu grande tamanho e potencial populacional, a favela não é um espaço apenas com problemas, mas além de cultura é um lugar que coopera economicamente, gerando 63 bilhões de reais, um valor que corresponde ao Produto Interno Bruto (PIB) de países como a Bolívia e Paraguai. Se a favela se tornasse

um estado, eles seriam o quinto mais populoso da federação. (UM PAÍS CHAMADO FAVELA, 2014)

O restante da cidade por muito tempo nunca foi capaz de apoiar e ajudar a favela de alguma forma, mas isso nunca impediu dos próprios moradores da favela criar projetos para ajuda los, como por exemplo o CAFU (Central Única da Favela), uma organização brasileira que existe a mais de 20 anos, sendo reconhecida tanto nacional quanto internacionalmente no meio político, social, esportivo e cultural. Teve sua criação a partir da união dos jovens de diversas favelas, na sua maioria negros, que buscavam meio para expressar suas atitudes, questionamentos e suas vontades de viver. Essa organização promove diversas atividades na área de lazer educação, esporte, cultura, grafite, dj, break, rap, audiovisual, basquete de rua, literatura e outros projetos sociais. A CUFA serve também como ferramenta para integração e inclusão social.

CONCLUSÃO

Apesar da dificuldade evidentes nas favelas, desde seu início, sendo pelo preconceito ou segregação, é nítido perceber que o estado possui uma prioridade de beneficiar somente a sociedade de alto poder aquisitivo, deixando as pessoas mais carentes de lado sem receber o mínimo necessário para uma boa qualidade de vida. Como consequências a todo o processo histórico sendo baseado por descaso e destruições da história daqueles lugares e suas personagens, começando dos cortiços e posteriormente pela primeira favela, o Morro da providência, é nítido o pré-conceito direcionado a favela partindo. Muito disso, se relaciona com a ausência de histórias e exemplares positivos que construam uma narrativa valorada destas regiões, às providências que nunca subiram ao morro, por preferirem ignorarem e exterminar as favelas e suas memórias, ao invés de ajudar e reorganizar o território.

A favela carrega um intenso poder social e é preciso reafirmar este poder também materialmente, lançando mão das ferramentas de educação patrimonial para criar e fortalecer a consciência para que a toda a população da cidade juntamente com a favela estabeleça uma plena noção que a cidade só é completa quando todas as partes recebem os mesmos benefícios, independentemente de qualquer que questão. O patrimônio é também uma forma de afirmação identitária e de compreensão do seu lugar na sociedade e suas contribuições. Se não há este incentivo, fica difícil assimilarmos a nossa própria formação social. Todos esses fatos só servem para confirmar que o poder aquisitivo ou o lugar que residem não deveriam ser determinantes para a definição do que deve ser

preservado. A favela atualmente se tornou a maioria da população territorial, é necessário ter uma atenção cada vez maior para este lugar, dando o auxílio necessário, tanto no sentido educacional, estrutural, de saneamento básico e infraestrutura, quanto reconhecendo a materialidade que narra a história daquele povo, para que assim se consiga, cada vez mais manifestar suas diversas formas de arte.

No entanto independente do que fica explícito a partir de medidas estatais, e de todo sofrimento que a população das favelas passa, não anula o fato de ser um lugar que a cada dia se inova e um grande berço de cultura, pessoas trabalhadoras e determinadas que buscam de forma justa ter uma vida mais digna, independente dos olhares do restante da sociedade. A Providência deveria ter sua história contada por exemplares materiais de sua população, suas épocas e deveríamos tratar estes símbolos edificados também como parte relevante da construção da história morfológica da própria cidade do Rio de Janeiro. O fato é que a favela cada vez mais tem a maioria do espaço territorial e ajuda em grande escala a alavancar a economia, seja pelo trabalho de base, ou pelo consumo de massa, ou mesmo pela cultura que faz o dinheiro girar. A favela compreendida pelo seu potencial turístico, pela bela vista, diversidade e riqueza cultural precisa ter sua riqueza também narrada e reafirmada por seus exemplares relevantes a memória da cidade. É preciso que o patrimônio deixe de ser tratado como ferramenta de reafirmação do poder das elites e passe a caracterizar na prática a riqueza da formação sociocultural brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro: extensão - remodelação embelezamento**. Rio de Janeiro: Paris, 000. Disponível em: <http://planourbano.rio.rj.gov.br/DocReadernet/docreader.aspx?bib=PlanoUrbano&pesq=>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. : tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092009000100005>. Acesso em: 08 maio 2020.

FERREIRA, Lara; OLIVEIRA, Paula; IACOVINI, Victor. **Dimensões do intervir em Favelas: desafios e perspectivas**. São Paulo: Peabiru Tca, 2019.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira**. São Paulo: Editora Gente, 2014.

VALLADARES, Licia. A GÊNESE DA FAVELA CARIOCA. **Revista Brasileira de Ciências Sociais: A produção anterior às ciências sociais**, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145>. Acesso em: 08 maio 2020.

DANTAS, Tiago. **Funk; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/artes/funk.htm>. Acesso em 10 de junho de 2020.